
MUNICÍPIO DO BARREIRO

PARECER DO AUDITOR EXTERNO

EXERCÍCIO DE 2019

PARECER DO AUDITOR EXTERNO

1. Na qualidade de auditores externos do MUNICÍPIO DO BARREIRO apresentamos o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas – contas individuais – referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais compreendem o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, os Mapas de Execução Orçamental e os respetivos anexos.

2. No desempenho das nossas funções acompanhamos globalmente as atividades desenvolvidas através de contactos com membros do Órgão Executivo e com responsáveis pelos Serviços e ainda com base na análise da informação contabilística reportada à data de 30 de junho e 31 de dezembro de 2019, tendo apresentado relatório semestral sobre a situação económica e financeira do Município. No âmbito da nossa ação desenvolvemos os procedimentos julgados necessários com vista à verificação da boa execução da contabilidade e do cumprimento das disposições aplicáveis em matéria orçamental, contabilística e de tesouraria.

3. Em matéria orçamental analisámos as alterações efetuadas e a respetiva execução, constatando-se que a receita realizada no exercício totaliza 63.321 milhares de EUR (incluindo o saldo da gerência anterior de 7.440 milhares de EUR) e corresponde a 96,9 % das previsões corrigidas, enquanto na despesa a execução registada ascende a 54.353 milhares de EUR e representa 83,1% das dotações corrigidas. Para as referidas execuções contribuem o empréstimo de médio e longo prazo de 11.367 milhares de EUR contraído pelo Município para financiar a renovação da frota dos Serviços Municipalizados dos Transportes Coletivos do Barreiro. O saldo de gerência para o exercício de 2020 é de 9.928.401 EUR, incluindo operações de tesouraria de 960.506 EUR. O referido saldo de gerência corresponde à soma das rubricas “Depósitos em instituições financeiras e caixa” e “Títulos negociáveis” evidenciadas no balanço.

4. No que se refere à contabilidade patrimonial, entendemos dever salientar os seguintes aspetos:

4.1 O resultado líquido registado no exercício apresenta uma diminuição face a 2018 de 2.549,6 mil EUR (37,7%) em grande parte justificada pela variação dos resultados extraordinários que reduzem 3.056 mil EUR. Esta redução é justificada pelo acionamento de uma garantia bancária, em 2018, relacionada com o loteamento da Verderena, no valor de 2.279 mil EUR, a que acresceu uma indemnização de 564 mil EUR. Os resultados operacionais aumentam de 4.310 milhares de EUR em 2018 para 4.889 milhares em 2019.

4.2 Ao nível das diferentes naturezas de custos, os fornecimentos e serviços externos registam um aumento de 10,9% (1.403 mil EUR) e os custos com o pessoal um aumento de 7,3% (1.147 milhares de EUR). No que respeita aos proveitos, a rubrica de impostos e taxas regista um incremento de 8,8% (1.768 milhares de EUR) e as transferências e subsídios obtidos um aumento de 6,4% (741 mil EUR). Em termos globais os proveitos e ganhos operacionais crescem 7,3% (2.942 milhares de EUR) enquanto os custos operacionais aumentam 6,5% (2.363 mil EUR)

4.3 Em termos de balanço, o ativo líquido regista um aumento de 14.219 mil EUR, dos quais 11.367 decorrem do financiamento obtido para utilização pelos SMTCB, tendo em conta a renovação da frota. Nas restantes variações destacam-se as imobilizações corpóreas líquidas, com um aumento de 1.542 mil EUR e os depósitos e caixa com 1.651 mil EUR. No passivo, sobressai o acréscimo dos financiamentos bancários (9.439 mil EUR) justificado pelas necessidades de financiamento dos SMTCB, conforme referido acima.

5. Ao nível do sistema de controlo interno, salienta-se a importância de continuarem a ser desenvolvidas ações que permitam assegurar que todo o ativo imobilizado se encontra adequadamente inventariado e mensurado. Esta questão, com a adoção do SNC-AP, assume particular importância.

6. Analisámos, igualmente, o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas preparados em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL), tendo concluído que os mesmos proporcionam informação adequada sobre a atividade do Município em 2019, incluindo a origem e a aplicação dos meios financeiros e o modo como se formou o resultado no período findo em 31 de dezembro de 2019.

7. Decorrente do exame efetuado emitimos a Certificação Legal das Contas a qual inclui uma reserva por incerteza quanto ao ativo imobilizado do Município, nomeadamente quanto à integralidade e mensuração inicial do mesmo, tendo em conta os ajustamentos efetuados em 2014 e 2016; ii) uma ênfase relacionada com os impactos decorrentes da pandemia originada pelo COVID 19, essencialmente ao nível da despesa.

8. Como consequência do trabalho efetuado, e atentas a reserva e a ênfase constantes da Certificação Legal das Contas, somos de PARECER que os documentos de prestação de contas podem ser aprovados.

Lisboa, 17 de junho de 2020



RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.
representada por Dr. Gabriel Correia Alves, ROC